



Ato e interpretação

Marcus André Vieira

I – tática, estratégia e política

Proponho abordar o tema do ato analítico e sua relação com a interpretação a partir da conhecida tripartição de Lacan, introduzida em seu texto *A Direção do Tratamento*, para delimitar o campo de ação do analista.¹

Lacan distingue tática, estratégia e política, três planos para situar o ato em uma análise. É uma tripartição proposta por Clausewitz, teórico prussiano da guerra que, nela, distingue: a *tática*, o que se faz no campo de batalha para vencê-la, a *estratégia* que é o modo como se considera a sequência de batalhas para vencer a guerra e a *política* que são os meios empregados no plano da negociação para que a guerra tenha valor nos países envolvidos e que seus objetivos sejam cumpridos.²

Antes de prosseguir, um parêntese, porque cabe a pergunta: é boa a metáfora da guerra? Sabemos que Freud dela se serviu fartamente, mas haverá algo a dizer sobre isso além do argumento de autoridade? Lacan nos ajuda nesse sentido ao apoiar-se em Clausewitz. É porque todo o interesse de Clausewitz é que ele insistiu em uma continuidade entre a guerra e a política, quando a tendência é pensar que a guerra é quando nada mais funciona quando toda a política falha. Clausewitz não opõe a civilização e a guerra como barbárie, mas ao contrário, sustenta que a guerra faz parte da civilização. É Foucault que o destaca quando, falando de Clausewitz, sublinha sua frase mais famosa: a política é a continuação da guerra por outros meios. Ele propõe que o contrário também é válido e talvez mais importante a guerra é a política por outros meios, pois, afinal, estamos na cidade e na guerra sempre às voltas com um “entrecruzamento de corpos, paixões e de acasos”.³ O essencial não é tanto que ele diga que uma análise é como uma guerra, mas sim que a guerra é como a vida. A vida e a guerra não são entidades distintas e, para Lacan, isso é Freud, o que aliás é evidente quando ele afirma em *O Mal-estar na Civilização*⁴, leiam por exemplo o capítulo VI, que a vida é a guerra entre as pulsões e as exigências da civilização. Bem, ele não fala exatamente guerra, mas em luta. A vida humana não está nem de um lado, nem de outro, mas no conflito entre ambos. Como é triste, lembrar disso e ouvir a torto e direito psicanalistas afirmando que a civilização é a vida e a barbárie a morte, e opondo a pulsão de morte à vida, quando para Freud ela faz parte da nossa existência de maneira estrutural. Em cada ato humano há pulsão de vida, de ligação, e de morte, de desligamento, juntas e misturadas.

Antes de fechar estes parênteses é preciso ainda lembrar que talvez não estejamos mais em tempos deste tipo de guerra, de generais. No tempo dos drones as coisas não são mais tão ordenadas e dirigidas para um fim claro (veremos adiante).

Finalmente, é necessário lembrar que essa tripartição não é para entender a guerra, mas sim o trabalho do analista em uma análise.

Fato é que Lacan retoma os três planos de Clausewitz e os faz corresponder ao tratamento analítico. O campo de batalha será a sessão analítica, a sequência das batalhas, a sequência de sessões e o resultado da guerra e suas incidências na vida do país, o resultado da análise como um todo, seus objetivos e possibilidades.

O importante é notar - e ajudou-me para isso F. Leguil -, que Lacan inverte o grau de liberdade do analista com relação ao general de Clausewitz.⁵

Na sessão a gente improvisa, faz o que dá. Na sequência das sessões temos menos liberdade porque devemos seguir a coordenadas da fantasia, da estrutura do analisante, das necessidades de seu caso. E finalmente na política a liberdade é menor ainda porque, segundo, Lacan, fazemos sempre a mesma coisa. Queremos sempre fazer valer o inconsciente como abertura. Manter vivo na civilização o modo de lidar com o real que Freud inventou.

Fica mais claro quando damos mais um passo, como Lacan propõe nesse texto, e situamos a *interpretação* no plano da sessão, a *transferência* no plano da estratégia e o *desejo do analista* no plano da política.

A interpretação é o plano da tática, podemos interpretar como acharmos que der. Freud já dizia isso em seus escritos técnicos, na dúvida intervenha⁶. Só que, claro, a liberdade da tática é limitada pela estratégia. Dito de outro modo, a gente faz o que der, mas pautados pelo que a transferência permite. Podemos intervir, mas sem esquecer o lugar em que somos postos.

Uma análise é então o espaço aberto à intervenção e à improvisação, mas também, ao mesmo tempo, o da arte da posição, de se saber sempre “incluído nas séries psíquicas do paciente” nos termos de Freud em “A dinâmica da transferência”, ou seja, ou intervimos do lugar que nos reserva o analisante, ou nada feito, muita coisa pode acontecer, mas nada que inclua o inconsciente, que se fecha quando não abrimos sua porta “por dentro” como diz Lacan em “Função em Campo...”.

Finalmente, do lugar em que somos postos pelo analisante vamos querer sempre fazer o mesmo. A dança que com ele dançarmos, além de não estar aberta a qualquer passo, sempre ser musicada pelo inconsciente, a presença em uma vida do material recalcado e das capacidades de mutação que ele nos possa oferecer.

Este último plano é o mais difícil de alcançar porque é o menos concreto, só materializado no tratamento virtualmente. Se no plano da sessão está a ousadia da interpretação, no plano do tratamento a transferência, que se maneja com a arte da posição, o que significa que no plano da política esteja este conceito de Lacan o desejo do analista?

II – O desejo do analista e a política da psicanálise

As coisas se complicam, não apenas porque o próprio Lacan, me parece, variou bastante quanto ao tema, quanto o contexto da época tende a ser esquecido em suas formulações o que leva a que muitas de suas indicações sejam mal-entendidas.

Dois textos são fundamentais quanto ao desejo do analista, este mesmo, de 57, e a Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola, quando Lacan traz o passe à sua Escola.

Resumo agora as indicações de 67 com relação ao nosso tema:⁷

1. Uma análise, como um todo é um ato, ato analítico.
2. Esse ato é fazer surgir o desejo do analista
3. Por isso, Lacan define o final da análise igualmente como passagem do analisante ao analista.
4. Para que isso ocorra, o praticante da psicanálise faria melhor situar-se em sua falta-a-ser que em seu ser.
5. O desejo do analista é sua enunciação.

Dificuldades com essas indicações:

O ato pode ganhar um perfil personalista. Não se faz um ato como se diz “fiz um ato” ao interromper a sessão. Não há superposição direta entre ato e ação. Pode haver um sem o outro. Uma ação só se torna um ato caso seja a posteriori. Uma interpretação é para fazer ondas e não para produzir um resultado específico. É no processo do tratamento que as várias intervenções vão ganhando valor de ato. O ato analítico é o a posteriori de uma análise como um todo.

A função analista pode ser perigosamente essencializada. Analista é função, na contingência. Ninguém é analista no chuveiro. É relacional. É a função analista na civilização, a possibilidade de entrar no inconsciente e dele sair tendo se refeito com relação ao real. A passagem ao analista é a possibilidade de assumir a função analítica às vezes em minha própria existência. É lidar com meu inconsciente podendo me surpreender com ele como fazia antes, mas sem necessitar do praticante analista do meu lado. Ou seja, posso ser analista de minha análise.

A valorização da falta-a-ser incorre no perigo de uma idealização da negatividade. De fato, a transferência se encaminha para o que no analista não tem sentido. E o final da análise corresponde a um desenlace com isso que não tem sentido. No entanto, o que não tem sentido e não tem ser tem muita presença e existência, não é uma entidade puramente negativa e que Lacan chamou de objeto a. Quando Lacan enfatiza o desejo do analista, destaca o quanto esse desejo é sem demanda, fora do sentido. Corremos o risco, porém, de considerá-lo pura negatividade em uma idealização do não ser e da falta. Segundo a crítica do próprio Lacan, ingressamos em uma “mistagogia do não-saber”⁸

Todos pensam que tudo está diferente, acham que é preciso mudar a técnica para os novos sintomas, mudar a estratégia.

A questão é mudar para fazer o mesmo? Então é no plano da política que temos que repensar o lugar do inconsciente.

Se em algum lugar as coisas mudam é na política e não na tática e estratégia.

Lacan situou uma série de indicações que precisam ser revistas, pelo Lacan mais tardio. Do mesmo modo que os drones vem mudar toda essa estrutura da guerra, temos que rever esta estrutura. Mas primeiro assumi-la. Para fazer a mesma política. Temos que fazer diferente? Talvez.

O que é o analista para um está na experiência? Ele é o segredo do inconsciente. Ele é: redução, decantação e finalmente ponto cego. A figura do analista, do desejo do analista de Lacan ganha se colocada como um gozo opaco como *sinthoma*.

Em vez do ponto cego no inconsciente, seu umbigo, (o desejo do analista estaria para uma análise como o umbigo dos sonhos para uma sessão), outra figura do inconsciente, um tropeço *Unbewusste*.

No coração do inconsciente é um ratear, um *dar errado sem o erro*, aos trampos e barrancos (isso ri, isso tropeça, isso sonha). Em vez do analista como a função de um ponto cego do mundo, o umbigo do mundo, como a presença no mundo de uma desregulação persistente e em toda parte fazendo furo. A questão é em vez de se habituar é “fazer com”. Vai ficar mais claro se opomos aproximamos o ato analítico do acontecimento. A política do *sinthoma* como a política do acontecimento.

No plano da política da psicanálise [portanto] a liberdade é menor ainda porque queremos sempre a mesma coisa, digamos, manter vivo na civilização o modo de lidar com o real que Freud inventou. Nossos conceitos são ferramentas para lidar com esse singular não-lugar do real em uma análise. Do significante fora da cadeia à letra, do gozo feminino ao *sinthoma*, cada um tem sua paisagem própria. Escolho, para nosso momento, a estranheza, no sentido da extimidade, por parecer-me vital dar-lhe lugar em nossos dias. Se a definimos como o fato de nosso mais próprio poder ser outra coisa que não o esperado, não seria a estranheza bem mais viva e aberta que a paranoia ambiente? Nossa política é sempre do *sinthoma*, como perturbação pelo impossível da relação, mas nesses dias, sua declinação como política da estranheza (extimidade) parece-me ser vital. Trata-se da possibilidade das coisas, na distopia em que vivemos, sempre poderem ser Outra coisa. Na luta contra a necropolítica e contramão do identitarismo ao modo neoliberal, é preciso sustentar a todo instante, como em nossa clínica, que um pobre possa ser outra coisa que não pobre, ou um negro, ou uma mulher. É nesse sentido que retomo a cada dia o gesto de abrir a porta da sala de espera, mesmo que virtual. Sustento, assim, minha lida diária para desenterrar desejos silenciados, contando com que, encontrados seus caminhos de fala, possam nomear o que nos leva adiante - quem sabe para dias melhores.⁹

Concluo com essa passagem que não será possível de desenvolver aqui.

1 Lacan, J. A direção do tratamento. Escritos, Rio de Janeiro, JZE, 1998, itens 2 a 6.

2 Clausewitz C. On war, London, Wordsworth, 1997 (book 3, cap I and II).

3 Foucault, M. Em defesa da sociedade, Martins Fontes, 75/76 2005, p. 64 e seguintes.

4 Freud, S. O mal-estar na civilização. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud (vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

5 Leguil, F. La politique du symptôme, Mental, 16, Paris, NLS, 2004, pp. 65-79.

6 ?

7 Lacan, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

⁸ Lacan, J. Da Psicanálise e suas relações com a realidade. Escritos, Rio de Janeiro, JZE, 1998, p. 358

⁹ Vieira, M. A. Entre online e offline. Publicado em espanhol como Vieira, M. A. Entre online y offline, alguns señalamientos. Enigmas del cuerpo n.12, abril de 2023. Disponível em português: <
<https://litura.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Do-online-ao-offline.pdf> >